

**SABERES E OFÍCIOS
SUSTENTÁVEIS PARA A VIDA
DAS MULHERES**





QUANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NÃO É FEMININA NEM FEMINISTA: O QUE ESTÁ SENDO REPRODUZIDO?

Pedro de Almeida Costa*

Zadelene Zaro**

Maira Freitas Barbosa***

Resumo – O presente artigo relata e reflete criticamente sobre o processo de formação e mobilização de uma cadeia produtiva de artefatos artesanais de lã natural, estimulada por uma política pública de economia solidária, a partir da condição de que quase todas as pessoas envolvidas eram mulheres. A escolha desse referencial de análise demandou a construção de embasamento teórico específico que tenta construir um diálogo entre economia solidária e algumas categorias da teoria feminista, intentando construir reflexões com implicações teóricas e políticas relevantes. O método de pesquisa consistiu na observação participante dos(as) autores(as) e na consulta de documentos e registros de cerca de 20 meses de trabalho de campo com traços etnográficos e de pesquisa-ação. Os resultados apontam que as diferentes condições femininas vivenciadas pelas artesãs não foram devidamente consideradas na formulação e implementação da política e que essas mesmas condições têm potencial de propor problematizações importantes para o modo como se pensam os processos organizacionais nos empreendimentos e articulações de economia solidária, que podem estar reproduzindo padrões patriarcais e capitalistas, entrando, assim, em contradição com o discurso e com a proposta política do movimento.

Palavras-chave: Economia solidária. Teoria feminista. Precarização do trabalho feminino. Relações de trabalho. Espaços públicos e domésticos.

INTRODUÇÃO

Homens e mulheres experimentam condições de vida distintas em qualquer aspecto de qualquer cultura do nosso planeta. As diferenças estão presentes e naturalizadas em campos variados, como a política, a ciência ou a economia, em ações que variam entre chefiar um estado-nação e preparar uma refeição para uma família, e são discutidas teoricamente a

* Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto da Escola de Administração da UFRGS. *E-mail:* pacosta@ea.ufrgs.br

** Especialista em Elaboração em Gestão de Projetos Sociais e Culturais e Bacharel em Filosofia pela UFRGS. Associada da Cooperativa de Trabalho Vivá Moara. *E-mail:* zadi@vivamoara.com.br

*** Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Associada da Cooperativa de Trabalho Vivá Moara. *E-mail:* maira@vivamoara.com.br

partir de perspectivas diversas como o estruturalismo de Pierre Bourdieu (2011) ou o pós-estruturalismo de Judith Butler (2015).

Este texto parte da assunção dessa condição de diferença entre mulheres e homens para refletir a respeito da experiência de formação e mobilização de uma cadeia produtiva de artefatos artesanais de lã natural em que quase todas as pessoas envolvidas eram mulheres – daqui em diante será chamada de cadeia solidária da lã (CSL) ou simplesmente de cadeia. O objetivo do texto é refletir sobre as condições de trabalho constituídas em espaços e articulações de economia solidária e sobre como essas condições estariam ou não contemplando um processo de visibilização e problematização das diferenças de gênero que pudessem possibilitar avanços na desconstrução dessas mesmas diferenças. Entendemos que tal problematização é fundamental para que se possa pensar se há ou não possibilidade teórica e política de que a construção e o fortalecimento de articulações na economia solidária possam ter relação com o fortalecimento de lutas anticapitalistas e antipatriarcais, aproximando, assim, discursos e práticas. Nesse sentido, o texto não procura construir essa análise como forma de explicar ou justificar a condição a que chegou esse movimento particular da chamada cadeia da lã, como se houvesse entre essas duas variáveis – maioria de mulheres e resultados alcançados na articulação da cadeia – uma relação mecânica de causa e efeito.

A experiência apresentada e discutida possui complexidade suficiente para ser analisada criticamente a partir de outras perspectivas sociológicas e políticas, como o fato de ter sido induzida por uma política pública definida com relativo grau de verticalidade. Porém, neste texto, atemo-nos a fazer o relato e a reflexão crítica a partir da condição específica de gênero, deixando aberta a possibilidade de produzir tais reflexões, com outros olhares, em trabalhos futuros.

Para situar leitores e leitoras na problemática proposta, este artigo apresenta, em primeiro lugar, um breve embasamento teórico que procura articular a economia solidária com algumas categorias da teoria feminista, em especial a discussão de gênero. Por óbvio, seria impossível fazer, no âmbito deste texto, uma revisão completa a respeito de todo esse campo, seu histórico e suas diferentes vertentes teóricas. Partimos do pressuposto de que nossa leitora/leitor tem algum grau de afinidade e interesse tanto com a teoria feminista quanto com a economia solidária. A intenção desta parte do texto é pensar que articulações há entre ambas e que grau de reciprocidade e influência mútua podem estar implicando essa articulação.

Pensamos, especialmente, em construir um argumento teórico que permita avaliar a repercussão do fato de esse coletivo ser formado, fundamentalmente, por mulheres para seu processo organizativo e nas opções assumidas por suas participantes. Espera-se com isso contribuir para a análise de experiências econômico-solidárias, sob a óptica de sua potencial contribuição para: 1. ampliar a noção de espaço público comum para além das oposições doméstico ou privado *versus* público, incorporando as vozes femininas em condições de valorização e respeito; 2. criar condições para que alguns fundamentos patriarcais da organização do trabalho – em especial a vinculação da mulher ao espaço doméstico e os

mecanismos de aprisionamento no seu próprio corpo feminino, a partir da naturalização da atribuição de funções "femininas" – sejam problematizados no âmbito da economia solidária; 3. problematizar a precarização do trabalho feminino presente nas relações de trabalho capitalistas, que se reproduz, em alguma medida, também em espaços de economia solidária; 4. provocar transformações efetivas na organização do trabalho, que impliquem incorporar lógicas de trabalho, como a reciprocidade, a domesticidade e o cuidado.

Na sequência do texto, há a seção em que são apresentados os procedimentos metodológicos empreendidos para obter os dados apresentados e discutidos criticamente na seção seguinte. Por fim, as considerações finais procuram apontar, especialmente, quais problematizações precisam ser pensadas após a nossa análise, que, evidentemente, não tem a presunção de ser exaustiva nem definitiva. Esperamos que este artigo estimule outras pesquisas e reflexões nessa linha para diálogos futuros.

REFLEXÃO TEÓRICA: TENSÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

É impossível pensar as diferenças de gênero sem antes entendê-las como construção histórica que organizou socialmente as diferenças sexuais, como sustenta um texto basilar da historiadora estadunidense Joan Scott (1988). Ou seja, concordamos com a autora e partimos do pressuposto de que as diferenças entre mulheres e homens não são naturais ou biológicas, mas são constituídas em processos históricos que demandam, portanto, sua desconstrução e problematização.

Especialmente para os propósitos deste artigo, não queremos repetir todo o histórico e os argumentos já feitos em construções clássicas da teoria feminista – nem há espaço para uma revisão exaustiva do tema. Também sabemos do risco teórico e político de não considerarmos, nessa discussão, todos os demais matizes *transgêneros* que subvertem o esquema binário de masculino *versus* feminino, como tratado na chamada teoria *queer*. Entretanto, como nosso objetivo é entender como as mulheres envolvidas na experiência pesquisada são postas na condição sociológica de mulher, é esse olhar teórico que nos ajudará e é ele que rapidamente elaboramos nesta seção.

Ser mulher é uma condição. Como sustentava Simone de Beauvoir (2009), não se nasce, mas se torna mulher por um processo de condicionamento e aprendizado – ou por "inculcação", para usar o termo de Bourdieu (2011), que denota o desenvolvimento de uma estrutura cognitiva nos sujeitos que fazem com que fatos objetivos se "encaixem" em determinado esquema de leitura da realidade, naturalizando fatos sociais como coisas. No trabalho de Márcia Silva e Edla Eggert (2011), as autoras responsabilizam o chamado *grupo doméstico*, de relações familiares ampliadas, pelo processo de condicionamento que reproduz e perpetua normas e condutas sociais que, em diferentes culturas do ocidente moderno (mas também fora dele), garantiram e ainda garantem a construção de uma ideia de lugar subordinado da mulher na vida social.

A noção de "lugar" nessa proposição não tem sentido figurado, mas representa, efetivamente, o aprisionamento da mulher primeiramente no seu próprio corpo e, do ponto de vista social, na esfera do "lar". A reflexão de Salgado e Vaz (2013) usa o termo "confinamento" para expressar essa dupla prisão da mulher e, em especial, da mulher artesã, cujo trabalho está intimamente ligado ao seu corpo, quase a ponto de ser uma extensão dele.

Se é verdade que o artesanato significa a transmissão de um conhecimento e de um saber, cuja perpetuação é relevante para a cultura, e que garante, nessa mesma cultura, um lugar de destaque para a mulher (SILVA, 2014), ele não deixa de constituir um aprisionamento à esfera doméstica da vida, sem visibilidade e, especialmente, sem reconhecimento social. Essa ambiguidade é fundamental para entender a condição em que se dá o trabalho das mulheres no artesanato.

A clivagem entre espaço público e espaço doméstico é lembrada por Hannah Arendt (2010, p. 29) a partir da filosofia clássica de Aristóteles, para quem apenas duas atividades, dentre as necessárias e presentes em comunidades humanas, eram de caráter político: a ação e o discurso, "[...] de onde está estritamente excluído tudo que é apenas necessário ou útil". Ou seja, as ações da esfera doméstica, o *oikos* grego, não eram atividades políticas e, nesse quadro de referência, quase não eram humanas. Para Arendt (2010, p. 4-5), "[...] é o discurso que faz do homem um ser político" [...] e "os homens no plural, os homens que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos". Segundo a autora, a impossibilidade da vida política pode ser tomada como impossibilidade da vida humana plenamente realizada.

Embora a politóloga não esteja, nessa obra, interessada nas implicações do vácuo político para a condição humana específica das mulheres, podemos inferir a desumanização da mulher quando ela não pode acessar a vida pública, a vida política do meio em que vive. Estar, portanto, relegada à condição subordinada de cuidado do lar é estar relegada a um papel quase subumano, ao menos dentro dos limites da nossa cultura, sem reconhecimento público dos cuidados de ordem material e maternal do espaço privado ou doméstico. Tais cuidados (dos filhos, da casa, da alimentação do grupo doméstico etc.) só são possíveis a quem tem o corpo aprisionado a esse espaço e entende e aceita esse aprisionamento ao mesmo tempo como uma missão, uma dádiva e um dever.

Silva e Eggert (2011) sugerem o "descosturar" dessa realidade, usando a metáfora do fazer artesanal, a costura, para salientar a necessidade de desfazer e refazer as tramas entre os espaços doméstico e público. As autoras se apoiam no conceito de "*madresposa*" da pesquisadora mexicana Marcela Lagarde para mostrar que a trajetória de construção das artesãs como mães e esposas, ao mesmo tempo que as confinou historicamente a tais papéis invisíveis e domésticos, também permitiu o aprendizado e a transmissão do conhecimento artesanal, que pode servir de chave para descosturar o lado perverso dessa trama.

O enredamento artesanal pode ser chave se – e à medida que – forem tramadas ações coletivas no processo de produção e comercialização do artesanato. A instância coletiva em redes, grupos e outros formatos de experiências permite – e demanda – a prática do discurso, e, com isso, a ascensão a uma forma de espaço que não é mais unicamente privado ou doméstico, mas que ganha caráter público porque permite e exige o exercício da linguagem e do entendimento mútuo com o outro, assim como o entendimento ou significação de si mesmo e do seu trabalho, como referido por Arendt (2010).

De acordo com os achados empíricos do trabalho de Silva e Eggert (2011), não se trata de deslocamento do *locus* de ação da mulher do espaço doméstico para o público, como se percebe, por exemplo, na maior presença da mulher no mercado de trabalho, na condição "executiva" em grandes empresas e assumindo papéis e/ou espaços "masculinos", em ações supostamente libertárias, mas nas quais as mulheres simplesmente mimetizam os homens sem problematizar a diferenciação e a subordinação entre gêneros – tanto que suportam, além desse trabalho, a jornada dupla que ainda as responsabiliza pelos cuidados do lar e dos filhos.

Ainda nos referindo às artesãs cujos trabalho e vida são relatados por Silva e Eggert (2011), concluímos que, tendo sido formadas para encontrar seu sentido na função materna e no cuidado que ela implica, bem como para cumprir o papel de reprodutora das condições sob as quais esse papel se mantém como socialmente necessário e atribuído às mulheres, e vendo no espaço doméstico o *locus* de seu reconhecimento como ser, enquanto ser *do e para o outro* – para usar outra expressão de Simone de Beauvoir (2009) –, as mulheres tendem a ver no espaço doméstico seu porto seguro. Diante disso, é no vínculo com a casa que a mulher encontra sua "autonomia", e não, necessariamente, fora dela.

O trabalho artesanal confunde vida doméstica e vida profissional, subvertendo uma cisão fundamental para a garantia da impessoalidade e da produtividade típicas e desejadas da modernidade capitalista. Parece-nos, assim, que a subversão e o enfraquecimento do próprio modo de produção capitalista podem passar pela contaminação recíproca dessas esferas pública e doméstica e pelo borrar desses limites estritos também dos quais depende a eficácia do que poderíamos chamar de ideologia patriarcal.

É necessário, contudo, ter presente que a manutenção da mulher no espaço doméstico pode ser extremamente funcional ao processo de dominação patriarcal, estruturado também a partir da dependência econômica da mulher ao homem. Assim, abre-se espaço para a problematização dessa condição ambivalente que tem o trabalho artesanal, que transita entre os diferentes espaços físicos da vida da mulher, como casa e trabalho; ou casa e espaços políticos de organização do trabalho coletivo; ou ainda, mais genericamente, entre os espaços simbólicos do doméstico e do público.

Não parece haver, *a priori*, correspondência mecânica entre as dimensões materiais e simbólicas do trabalho artesanal. Contudo, parece haver um agenciamento intenso entre ambas,

a ponto de ser plausível pensar que justamente esse agenciamento e a reflexão das próprias mulheres sobre ele podem ser uma interessante chave de análise para os supostos avanços que o trabalho artesanal, sob a perspectiva da economia solidária, pode significar.

Jussara Costa (2011) é outra pesquisadora brasileira que se preocupou em pensar a relação entre economia solidária e feminismo, propondo um diálogo entre o percurso histórico da primeira com a teoria de gênero formulada no âmbito da segunda, concluindo que mesmo a narrativa histórica da economia solidária na América Latina e no Brasil refere um sujeito trabalhador *masculino* que se organiza coletivamente a partir da identidade masculina de operário, e que a categoria gênero não é invocada com fundamento da *práxis* que estaria a animar a economia solidária.

Costa (2011) ainda faz referência ao documento de preparação da IV Plenária Nacional de Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007) como embrião de discussão de gênero na economia solidária, documento que admite ser esse debate ainda pequeno e insuficiente em relação ao tamanho da participação feminina no movimento. Contudo, ela não observa uma ruptura efetiva das desigualdades de gênero no fazer cotidiano das experiências econômicas e das articulações políticas do movimento.

É indubitável a ampliação dos espaços de participação feminina que se opera nesses dois níveis de experiência da economia solidária – empreendimentos e articulações – e a sua maior participação também em espaços e discussões sobre a condição anterior à participação na economia solidária, tanto segundo a reflexão de Costa (2011) quanto a pesquisa de mestrado de Adriana Lucinda de Oliveira (2005). Essa ampliação, porém, parece ser ainda insuficiente para produzir transformações significativas, e, por essa razão, esse tipo de investigação e problematização precisa continuar sendo feito para que o debate alcance os sujeitos – mulheres e homens – envolvidos nas experiências coletivas da economia solidária.

O trabalho de Oliveira (2005), por exemplo, ressalta que há uma forma de empoderamento da mulher que é social e que extrapola o fato de ela também ter uma renda, fator que, sem dúvida, contribui igualmente para problematizar e reconstituir as relações de gênero no ambiente doméstico. O empoderamento *social* é encontrado à medida que possibilita à mulher desenvolver uma postura crítica e reflexiva não somente sobre sua condição no empreendimento, mas na família e na sociedade, contribuindo para outro tipo de empoderamento, que a autora chama de *político*, e que pode levá-la à condição de partícipe ativa de processos de tomada de decisão nos coletivos em que atua e, a partir deles, também nas demais esferas de vida.

Se, na economia solidária, ainda são tímidas as discussões e problematizações, especialmente em face do peso do tempo histórico de construção das desigualdades de gênero, também são ainda bastante precárias as condições materiais de trabalho enfrentadas pelas mulheres. Costa (2011) faz uso dos dados do censo brasileiro de economia solidária para chamar a atenção ao fato de que a presença das mulheres é menor, em termos absolutos, do

que a de homens, e que se localiza especialmente nos grupos menos numerosos (especialmente de artesanato) e, por isso, mais frágeis e precários. Além disso, Costa (2011) ainda constata que a renda obtida pela maioria das mulheres também tem caráter marginal no grupo familiar, sendo complementar à renda própria ou à familiar.

O estudo de Hayeska Barroso e Maria Helena Frota (2010) também aponta para a condição precária de trabalho das mulheres artesãs, geralmente com baixa escolaridade, e que têm no artesanato a única fonte de renda própria, complementar a outras rendas da família. Mesmo assim, há um sentimento de satisfação nessas mulheres, que se veem fazendo um trabalho criativo e original, lembrando o trabalho artístico, e com forte ligação com a sua corporalidade: veem o trabalho artesanal como uma extensão das suas mãos.

Do mesmo modo, a pesquisa de Márcia Regina Becker (2012) aponta o artesanato como espaço de precariedade e escape para mulheres, que representavam, em 2010, cerca de 80% dos artesãos registrados no Rio Grande do Sul. Entre elas, mais de 84% estão na faixa etária de 31 a 70 anos de idade, e 43% não concluíram o ensino médio, números que reforçam um perfil com difícil acesso ao mercado formal de trabalho.

Fica evidente, assim, outro feixe de ambivalência do trabalho artesanal, que oscila entre a precariedade de condições de trabalho – o trabalho artesanal também é feito em casa e divide o tempo com o cuidado dos filhos e da própria casa, como lembram Silva e Eggert (2011) – e a realização pessoal que dá à mulher certo grau de empoderamento, que nasce da reflexão sobre sua própria condição. A ambivalência também está ancorada no baixo reconhecimento desse trabalho, seja por parte das próprias artesãs, seja também por parte de familiares e de pessoas de círculos públicos, como os gestores de políticas públicas.

Tal precariedade, ao mesmo tempo que parece ser substrato da formação de autoconsciência da mulher, também pode estar sendo extremamente funcional ao capitalismo, constituindo mais uma dessas contradições com as quais o diálogo entre economia solidária e gênero se depara. Somando às conhecidas críticas de Rosângela Barbosa (2007) a respeito da funcionalidade econômica da economia solidária ao capitalismo, poderíamos pensar o possível risco de funcionalidade que um ambiente amparado nas desigualdades da divisão sexual do trabalho traria à reprodução de padrões patriarcais de organização que marcam e sustentam o trabalho sob o capitalismo.

Diante desse quadro de contradições que parecem compor um movimento dialético que não possui, necessariamente, uma resolução a ser dada para a relação entre gênero e economia solidária, tal movimento parece apontar para a gradativa e permanente reformulação ou redefinição das dinâmicas organizacionais do trabalho. Essas reformulações poderiam passar, como sugere a autora feminista espanhola Isabele Guérin (2003, p. 71-72), pela revalorização das "[...] práticas de reciprocidade e de cuidar dos outros não mais enquanto virtudes femininas, mas uma responsabilidade coletiva que contribui para o desenvolvimento pessoal de cada um"; ou seja, por aquilo que poderíamos apelidar – em flagrante neologismo – de *despatriarcalização* do

ambiente de trabalho, um ambiente marcado pelo raciocínio lógico-científico, que garante a ampliação permanente da reprodução do capital e do próprio patriarcado.

MÉTODO DE PESQUISA EMPREGADO

A experiência apresentada neste texto foi conhecida e estudada em duas ações orientadas pelos princípios da pesquisa-ação, uma forma de pesquisa participante em que a equipe de pesquisa também provoca os atores sociais implicados na pesquisa a produzirem reflexão crítica sobre suas condições de vida e atuarem sobre elas com a intenção de as transformar. Como método de investigação, a pesquisa-ação envolve etapas de mapeamento, diagnóstico, avaliação e construção coletiva de ferramentas e tecnologias sociais que se configurem como soluções de organização do trabalho construídas pelos próprios sujeitos, em diálogo com a equipe de pesquisa e adequadas às suas particularidades culturais, econômicas, organizativas e políticas (THIOLLENT, 1997).

A abordagem de pesquisa participante, e entre suas expressões a pesquisa-ação, é a escolha metodológica prioritária do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (Nega) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir do qual se conheceu e abordou a experiência que apresentamos. Como aponta Fals Borda (1981), a pesquisa participante é voltada para as necessidades básicas dos indivíduos, em especial de populações vulneráveis, e que leva em conta as suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir, o que denota uma pesquisa em que as pessoas não são simples objetos, mas sujeitos, que produzem conhecimento e ação a partir de suas dinâmicas. Tal proposta de pesquisa se alinha com as políticas de pesquisa do Nega/UFRGS, um grupo de pesquisa e extensão que procura conhecer e gerar conhecimento a respeito de experiências alternativas de geração de trabalho que representem, ao mesmo tempo, um desafio político e uma saudável subversão epistemológica.

As duas pesquisas mencionadas se estenderam desde a metade de 2013, com uma etapa inicial de mapeamento e avaliação de redes de artesanato, concluída no final daquele ano e compartilhada com os empreendimentos e entidades de apoio envolvidas, até o final de 2015, quando se encerrou a segunda pesquisa-ação, com dois anos de duração, em que atuaram pesquisadores(as) do Nega (um docente-pesquisador e uma equipe que variou entre três e quatro estudantes dos cursos de graduação em Administração, Economia e Ciências Sociais). No ano de 2015, mais duas profissionais foram inseridas no projeto: elas fazem parte de uma cooperativa de prestação de serviços que desenvolve projetos, pesquisas, atividades de formação e assessoria de comunicação, e que também é organizada como um empreendimento econômico solidário.

Além dessas duas equipes, no ano de 2014, houve forte interação com duas técnicas da Diretoria de Apoio e Fomento à Economia Solidária (Difesol) na Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesamepe), braço do governo do estado

do Rio Grande do Sul que formulou e conduziu a implementação de políticas públicas de economia solidária na gestão 2011-2014. A partir de meados de 2014 até o final de 2015, também houve participação intensa de um grupo de artesãs que atua a partir de um ateliê na cidade de Alvorada (RS), onde aconteceram 12 encontros de formação e de produção coletiva com as artesãs da cadeia e todos os demais atores já listados.

No segundo semestre de 2014, houve prospecção, por parte da equipe do Nega, de pequenos criadores de ovinos na região metropolitana de Porto Alegre para obtenção de lã natural de ovelha e para integração dos criadores e tosquiadores¹ à cadeia, tendo sido feitas cinco incursões de campo e duas reuniões gerais da cadeia em que houve participação de criadores. Em 2015, o contato com os criadores e tosquiadores enfraqueceu pela dinâmica que a cadeia foi tomando – o que apresentamos na próxima seção.

Além desses encontros de 2014 e 2015, houve várias reuniões entre a equipe do Nega e da Difeso/Sesampe antes e durante a execução das pesquisas e reuniões de caráter político-educativo com as artesãs da cadeia, que, a partir de 2015, passaram a ser mensais. A equipe interna do Nega reunia-se semanalmente para organizar e revisar o trabalho empírico e teórico.

Todos os referidos encontros e reuniões tiveram atas, gravações de voz, vídeo e registros fotográficos, que levavam, nas reuniões sistemáticas tanto da equipe do Nega quanto da cadeia como um todo e os demais atores relacionados, a reflexões constantes que agora servem de substrato para o presente texto. Esse conjunto de evidências é apresentado e discutido criticamente a seguir.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO A RESPEITO DA EXPERIÊNCIA PESQUISADA

Esta seção foi dividida em duas subseções. Na primeira, apresentamos um breve histórico da formação da cadeia, que foi o espaço empírico das pesquisas, e, na segunda, são discutidos criticamente alguns episódios e falas pontuais das pessoas envolvidas, como forma de empreender a análise pretendida no artigo, a partir de elementos factuais.

A formação da cadeia como política pública e a participação do Nega/UFRGS

Na gestão 2011-2014, o governo estadual do Rio Grande do Sul manteve a Difeso/Sesampe que, entre suas ações prioritárias, concebeu e procurou implementar uma política de apoio a cadeias produtivas, em especial as do segmento do artesanato, com vistas a um reposicionamento desse setor produtivo.

1 - Tosquia corresponde ao processo anual ou bianual de corte da lã das ovelhas, que dá origem ao material a ser posteriormente preparado para ser fiado e tecido.

O investimento da Difesol no apoio à estruturação de cadeias produtivas estava em sintonia com o que, nesse período, se desenhava para as políticas nacionais de economia solidária, protagonizadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Nesse sentido, esta última optou por apoiar projetos de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) apresentados ao Edital Proext-2012, que financia anualmente ações de extensão em universidades públicas e nas universidades sem fins lucrativos.

Entre os projetos aprovados, esteve um apresentado em conjunto entre o Núcleo de Economia Alternativa (NEA) e o Nega, voltado para o fortalecimento de redes de economia solidária dos segmentos de alimentação e artesanato, e o trabalho junto aos empreendimentos de artesanato ficaria sob responsabilidade do Nega.

O Núcleo acompanhou o processo de constituição e o início do trabalho do Difesol, mas só veio a atuar diretamente no âmbito da política pública estadual a partir da participação de uma professora do núcleo no Conselho Estadual de Economia Solidária, como representante da rede de ITCP.

Como parte das ações previstas no projeto financiado pela Senaes, o Nega empreende uma pesquisa de mapeamento e avaliação de redes de artesanato. A síntese desse levantamento, encerrado no final de 2013, apontava para dados da rede, histórico, formas de organização, objetivos e organização de referência, e ainda indagava sobre qual era a percepção que as pessoas tinham de redes, sua eventual diferenciação para cadeia produtiva e qual a relação que as redes tinham ou desejavam ter com a universidade.

Após realizar um cruzamento entre o mapeamento do tipo de artesanato com maior presença nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e as características tradicionais do Estado e os insumos disponíveis nas regiões do Rio Grande do Sul, a política pública estadual avançava na sondagem dos empreendimentos quanto à disposição para a articulação em cadeias produtivas solidárias. Entre as potenciais cadeias identificadas que envolviam o segmento artesanato, encontravam-se a das pedras semipreciosas, do peixe, do osso e da lã.

Já em 2011, a Difesol passou a realizar encontros voltados para a promoção da estratégia de estruturação das cadeias e chegou a realizar cinco encontros até meados de 2013. O nível de investimento e a capacidade de mobilização em torno das cadeias eram, porém, desiguais, e, no caso da CSL, a Difesol não contava com recursos para investir.

No início de 2014, o Nega havia realizado a análise dos resultados do mapeamento das redes de economia solidária existentes ou em processo de estruturação na região metropolitana de Porto Alegre, entre as quais figuravam as cadeias solidárias estimuladas pela Difesol. Concomitante à pesquisa junto às redes, foram realizados estudos acerca do setor de artesanato e entrevistadas pessoas de referência em instituições que tradicionalmente desenvolvem trabalho junto ao setor. Sistematizados os dados, foram realizadas oficinas de verificação e aprofundamento de alguns temas e promovido um seminário aberto em que foi feita a devolução do mesmo.

Com base na análise das pesquisas, o Nega optou por apoiar a estruturação de uma rede em processo inicial de organização, a CSL. Entre os principais elementos em que essa definição se fundamentou estavam: 1. o interesse na aproximação do debate acerca das cadeias econômico-solidárias, entre outras razões, para a verificação do discurso presente a setores da economia solidária quanto a seu potencial estratégico como vetor de outro modelo de desenvolvimento; 2. o diálogo crítico com as políticas públicas e acerca do papel do Estado como indutor de modelos de desenvolvimento contra hegemônicos; 3. o próprio fato de a Cadeia estar em um processo ainda incipiente que, portanto, permitiria acompanhar e participar de todas as etapas de sua estruturação.

A estratégia da Difefsol/Sesampe era mapear ao menos dez empreendimentos para constituir cada cadeia. O Nega efetivou sua parceria no primeiro trimestre de 2014, e, nesse momento, o levantamento inicial já havia sido feito pela Difefsol. Porém, não estavam levantadas quais as suas demandas para poderem participar da cadeia, tanto em termos de máquinas e equipamentos quanto de capacitação técnica e administrativa.

Para isso, o Nega elaborou nova pesquisa, visando a sondagem e a entrevista com os empreendimentos listados pela Difefsol/Sesampe em diversas regiões do estado. A elaboração do instrumento de pesquisa foi realizada em conjunto pelo Nega e pela Difefsol/Sesampe; sua validação ocorreu por meio da aplicação de pilotos junto a EES previamente consultados que se disponibilizaram a isso. A aplicação ocorreu presencialmente, na região metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos, abrangendo 12 EES, e por telefone para as regiões Sul, Fronteira Oeste e Campanha, abrangendo 15 EES.

O objetivo dessa sondagem era também ter ideia dos fluxos econômicos que a cadeia comportaria: para isso era necessário identificar demanda de matéria-prima, capacidade produtiva e de vendas dos EES para avaliar quanto de recursos econômicos circularia na cadeia, quais os custos envolvidos e quais as projeções de preço das peças e de remuneração pelo trabalho. A pesquisa conseguiu estimar a capacidade produtiva aproximada das artesãs, a partir da identificação de alguns trabalhos já feitos em tricô, crochê e com uso e aplicação de feltro em peças artesanais, mas não revelou nenhuma estimativa econômica precisa, uma vez que tais dados não eram registrados pelos EES.

Entre os aspectos que se destacaram nessa primeira etapa do trabalho, em especial a partir do diagnóstico, encontram-se: 1. a compreensão de que, embora o uso e a disponibilidade da lã se estenda por todo o Rio Grande do Sul, do ponto de vista da gestão e das estratégias de desenvolvimento, a organização da CSL teria melhores condições de avanço se regionalizada, com ênfase no trabalho junto ao território; 2. nas regiões metropolitana e Vale dos Sinos, ainda que haja interesse na matéria-prima e em produtos com a lã, os EES não estão estruturados para esse modo de produção, entre outras razões porque sequer dominam as técnicas; 3. os dados econômicos necessários à leitura de potencial produtivo não estão disponíveis, pois não fazem parte da prática de gestão desses EES.

Os dados sistematizados foram devolvidos aos EES localizados na RMPA e Vale Dos Sinos² em um encontro realizado em outubro de 2014. A partir desse encontro, houve impulso na organização da cadeia entre os EES situados nessas regiões, tendo sido realizados três encontros de capacitação acerca do tema das cadeias produtivas, com viés de planejamento, aproximadamente dez oficinas no conjunto das técnicas de produção implicadas nos diferentes elos dessa cadeia, atividades voltadas para o desenvolvimento de produtos e encontros de produção.

O ano de 2015 teve início com um dos encontros regionais, do qual resultou um planejamento da organização da cadeia produtiva, considerando-se os diversos elos que ela prevê. Desse encontro, participaram um tosquiador e um criador, em cuja propriedade a atividade ocorreu.

A partir de então, houve um esforço do Nega/UFRGS no sentido de estimular a execução do plano de ação estruturado. Nesse sentido, buscou-se identificar as necessidades de cada etapa do processo produtivo. Diante das necessidades elencadas, identificou-se a importância de contar com um espaço de produção coletiva, principalmente considerando-se a estrutura demandada para as etapas de lavagem e tingimento da lã.

Diante disso, foram mobilizadas parcerias como a Casa Brasil³, em busca de solução para essa demanda. A partir de julho desse ano, foi contratada a consultoria de um empreendimento econômico solidário do setor de serviços para contribuir no processo de mobilização dos EES da cadeia. Desse momento em diante, o foco voltou-se para a experimentação de produção conjunta, com previsão de finalizar tais atividades com o desenvolvimento de produtos. Novamente, para tal, contou-se com a parceria do Atelier Vera Junqueira.

No final de 2015, foi ainda realizado um levantamento de informações acerca da produção artesanal com lã, focado nas percepções de artesãos e artesãs com larga experiência no setor, com vistas a identificar tipos de lãs mais utilizadas e aceitas, bem como produtos com as mesmas características.

Avaliação das ações e dos discursos das mulheres: as ambivalências entre gênero e economia solidária

Como já referido, quando do início do trabalho do Nega junto à cadeia havia dez EES mapeados pela Difeso/Sesampe para participar. Desses, oito eram compostos somente por

2 - A região do Vale do Rio dos Sinos é limítrofe a Porto Alegre, constituindo com a região metropolitana de Porto Alegre um eixo territorial fortemente urbanizado e industrializado, com cerca de 4 milhões de habitantes. O Nega/UFRGS apoiou a formação da CSL com essa limitação geográfica, pois não conseguia dar conta da demanda da Difeso/Sesampe pela constituição de uma cadeia de âmbito estadual.

3 - A Casa Brasil é mantida pela ONG Moradia e Cidadania em Porto Alegre e constitui um espaço físico muito grande usado para ações sociais da ONG e da prefeitura de Porto Alegre. Havia, nesse período, um convite da ONG, por força de parcerias anteriores com o Nega/UFRGS, em abrigar parte do processo produtivo da CSL na Casa Brasil, sem qualquer contrapartida financeira.

mulheres e nos outros dois havia, ao menos formalmente, um homem no grupo. Contudo, nos encontros e reuniões da cadeia nunca houve presença de nenhum desses participantes. Em média, os EES que aderiram à proposta de formação da CSL contavam com 7,4 integrantes, o maior tinha 17 anos e o menor, 3. Considerando-se os compostos somente por mulheres, a média baixava para 6,5, o de menor número de integrantes contava com quatro pessoas e o maior, nove participantes. No conjunto, somente dois EES eram formalizados. O registro do EES, nesses casos, se deu por uma forma jurídica que não é a mais indicada para a realização de atividades econômicas, a associação. Dos formalizados, um era formado apenas por mulheres. Dos EES originalmente mapeados, somente oito manifestaram real interesse por compor a cadeia solidária da lã, participando de reuniões ou encontros.

Entre todos os dez EES, somente quatro tinham espaço de produção e/ou comercialização próprios, e, em sua maioria, a produção era individual e somente uma parcela da comercialização era realizada em conjunto. Na abordagem inicial, verificou-se que os empreendimentos tinham não apenas a produção, mas sua gestão organizada de forma "artesanal".

É preciso ter presente que, embora a CSL supusesse congregar um conjunto de EES, organizados na forma de uma cadeia produtiva em que todos os elos fossem coletivos organizados a partir dos princípios da economia solidária, a articulação, na maior parte das vezes, acabou acontecendo entre pessoas que "representavam" os EES na cadeia. Houve no período abordagens aos EES fora dos espaços da cadeia e quase nunca se verificava uma função efetiva de representação, no sentido de a voz da artesã na cadeia ser uma posição do coletivo que ela representasse, tampouco acontecia para o coletivo do EES o repasse de informações do que acontecia nos encontros da cadeia da lã. Na verdade, na maior parte dos encontros e reuniões havia uma única pessoa de cada EES, e foi esse coletivo, mais ou menos permanente, que acabou constituindo o que estamos chamando de cadeia, salvo algumas exceções, de alguns grupos, e em alguns dos encontros.

É relevante ressaltar, ainda, que os grupos não mantinham controles, nem tinham conhecimento a respeito dos números de sua produção. Por outro lado, essa mesma informalidade que se verifica a respeito dos registros e controles pode ser elemento importante encontrado na produção como forma de administrar o tempo e o espaço de trabalho. Muitas artesãs têm a possibilidade de trabalhar em suas próprias casas ou nas casas de algumas de suas companheiras de empreendimento e, assim, não inviabilizar o trabalho em termos de custos e tempo de deslocamento, bem como possibilitar uma maior aproximação entre elas. Este último ponto acaba por destacar outro importante aspecto presente na maioria dos empreendimentos de artesanato pertencentes à CSL: os vínculos. Percebemos e ressaltamos que as relações existentes entre as artesãs comumente ultrapassam o produzir artesanal. Os vínculos vão para além da geração de renda. Há um alinhavo que pode ser explicado por diferentes nós e intersecções: o contexto socioeconômico, a faixa etária, histórias de vida que se assemelham, dentre outras tramas que não se dão apenas pelo trabalho, avançando pela

esfera do privado, da intimidade e das relações afetivas. Muitas são vizinhas, se conhecem há bastante tempo e decidiram juntas investir em algo que, muitas vezes, já faziam em casa, para uso doméstico, a partir de técnicas como tricô, crochê, tear, costura.

Por meio desse trabalho em grupo constituem uma forma de criação, de convívio e de geração de renda. Mas também percebemos, em alguns casos, que a renda não chega a ser o motivador principal para o trabalho artesanal, mas sim o suporte emocional que é física e psicologicamente importante para constituir alguma forma mínima de identidade e organizar o convívio.

No caso particular da CSL, percebemos que os momentos em que ocorria maior interação entre as artesãs era justamente quando o espaço de trabalho ganhava ares domésticos, tornando-se mais acolhedor, de trocas de experiências e histórias de vida. Eram os momentos nos quais havia maior identificação entre elas, tendo mais semelhanças do que os próprios momentos de produção, ligados ao trabalho propriamente dito, pois aí talvez existissem mais distinções dos objetivos e dos propósitos do que em suas histórias de vida. Isso normalmente ocorria nos momentos em que eram feitas as refeições em conjunto, quando falavam da vida, da família, do que cada uma gostava de fazer tanto no trabalho como nos demais campos da vida, de trocas de receitas e das expectativas para o futuro, dos desejos para o próximo ano. Quando o trabalho e a vida privada se misturavam, havia leveza e certa cumplicidade: sentadas à mesa, saboreando os alimentos e o café, era onde essas trocas ocorriam, como se as diferenças no tipo de trabalho que realizam e aptidões para a produção artesanal perdessem força, e as histórias de vida se tornassem muito mais próximas, como se fossem costuradas ou tecidas com as mesmas matérias-primas.

Atravessando todas essas relações e, talvez, costurando todas elas entre si, está a condição de mulher: mulheres que se encontram a partir de assuntos que, nas discussões teóricas deste texto, chamamos de "domésticos", referindo aquela esfera de vida que não alcança visibilidade e reconhecimento públicos, e que, portanto, é socialmente invisível. São mulheres que nas suas trajetórias de vida sempre se ocuparam de questões úteis e práticas, anteriores à vida política que poderiam vir a constituir a sua humanidade plena.

No universo de mulheres que passaram por todos os processos descritos de articulação e tentativa de formação da cadeia, havia muitas particularidades que as distinguiam entre si, como a dependência que tinham ou não da renda do artesanato para dar conta da vida pessoal e familiar, ou a vivência prévia em experiências coletivas de trabalho, ou ainda a escolaridade, as idades e as cores de suas peles. Porém, com diferentes gradações, é possível afirmar a presença da subordinação feminina nas suas vidas, lado a lado com o esforço e com a luta para vencer essa mesma condição.

Esse esforço realizado pelas mulheres pode ser observado especialmente na publicização das suas ações e falas. Toda dinâmica de reuniões e encontros descritos, em diálogo permanente com o Estado, com a universidade e com as outras entidades parceiras do processo –

em todas essas organizações, a maioria das equipes também era de mulheres – demandava um “vir a público” das artesãs. Algumas delas, como já referido, tinham caminhadas mais longas de participação em espaços políticos da economia solidária, mas outras eram chamadas para esse diálogo e para a exposição pública de suas ideias, momento em que se podiam perceber receios e timidez misturados com vontade e identificação, indicando que também esse movimento é ambivalente e constituído de avanços e retrocessos, marcado por um aprendizado que se dá – e talvez isso seja novo nessas trajetórias de vida – no convívio com outras mulheres.

Esse “chamado” para a vida pública, para o diálogo e para o exercício da razão impõe não só a necessidade de compreensão do outro (ou da outra...) com quem se dialoga, mas também a compreensão de si mesmo, como assinala Arendt (2010). Assim, o movimento para fora do doméstico pode ser também um movimento para pensar a condição que é comum ao grupo, que é a condição de ser mulher. Sem dúvida, não parecemos estar diante de um processo contínuo que é fácil, sem retrocessos ou imune aos dramas e condicionantes pessoais de diferentes ordens que se impõem à vida dessas mulheres artesãs.

Há permanente necessidade de negociação entre o público e o privado a que a mulher ainda está, em alguma medida, aprisionada. Os exemplos de mulheres que se ausentaram ou saíram em diferentes momentos do processo, seja para cuidar da saúde de familiares, seja para “trabalhar”, ilustram o quanto ainda está presente para elas o aprisionamento no corpo e na casa.

Novamente, há ambivalência nesse ir-e-vir entre o corpo e o outro, entre o privado e o doméstico, que se confirmam também no caso apresentado. Se é verdade que o trabalho em casa ou na casa de vizinhas garante a possibilidade de cuidados domésticos que lhe são caros, que lhe afetam, também pode significar a dificuldade de romper uma forma de aprisionamento que mantém o trabalho feminino atado ao lar e tensionado pelo condicionante cultural que responsabiliza a mulher pelo cuidado da casa e dos filhos, ainda que ela “trabalhe”.

Pensamos, contudo, que essa oscilação não é uma disfunção do processo de publicização do fazer artesanal e do discurso dessas mulheres. Antes, tais contradições parecem ser constituintes desse mesmo processo, parecem ser o processo em si. Sob essa óptica fenomenológica, a participação em processos coletivos na economia solidária, tanto no nível dos empreendimentos como no das articulações entre eles, como é o caso da cadeia, tem um caráter político-pedagógico que não deve se esgotar nas finalidades imediatas de cada projeto ou ação, mas que remete à reflexão permanente exercitada pelas mulheres-sujeito a respeito desse próprio fazer. Poderíamos especular a constituição de uma *práxis feminina*, que reflete a partir da condição muito particular de sujeito historicamente construída como invisível, inferior ou subordinada.

Sem querer recair numa normatividade lógico-racional, uma reflexão dessa natureza poderia ser um exercício importante para rever traços fortemente patriarcais e capitalistas

que seguidamente permeiam as experiências de economia solidária. A própria proposição de cadeia produtiva solidária, que guarda significativos méritos em tentar romper o isolamento que muitos EES historicamente enfrentaram para se relacionar com agentes do mercado capitalista, em alguma medida mimetiza os mecanismos desse mercado que a economia solidária, como prática social e como discurso, tenta superar. Ao mimetizar essa estratégia, ainda que querendo organizar a cadeia toda a partir de elos que sejam EES que atuem a partir da perspectiva e de valores solidários, é inevitável reproduzir uma lógica racional de organização do trabalho, de otimização dos resultados, de ganhos de escala e que pode, muito facilmente, recair na precarização do trabalho.

Não queremos construir uma crítica à estratégia de cadeia produtiva em si, mas as reflexões sobre a condição em que se deu a organização dessa cadeia, principalmente a condição de ser constituída quase que exclusivamente por mulheres, nos forçam a pensar em um dos eixos de análise propostos neste trabalho, que remete à reprodução de traços patriarcais de organização do trabalho que podem ser percebidos também em experiências de economia solidária.

Toda a proposição da cadeia pelo Estado, assim como as assessorias que foram se organizando em torno da experiência, se dava a partir de certa racionalidade organizativa que, para acontecer, precisava impor aos EES envolvidos uma forma de organização do trabalho que fosse visível e compatível com os outros EES e com o próprio mercado, essa instituição onipresente na modernidade ocidental. Para "trás" na cadeia, foi feito um esforço de agregar a ela criadores e tosquiadores de ovelha que garantissem o fornecimento de lã natural. Também foi necessário organizar a capacitação técnica para atividades anteriores à fiação e à tecelagem, além dessas próprias etapas de produção dos artefatos, pois a maior parte das artesãs desconhecia todos esses processos. Para "frente" na cadeia, foi feita pesquisa com outros artesãos em feiras e espaços de comercialização no Rio Grande do Sul para identificar o que é demandado e a que preço.

Além dessa constituição e capacitação da cadeia, havia o desafio de gestão interna dos próprios EES, pois eles deveriam garantir a produção dos artefatos. Como já sinalizado, também se esbarrou no levantamento da capacidade produtiva e dos custos que estariam envolvidos nesse trabalho entre os grupos.

Havia todo um desafio organizativo interno aos EES e entre eles que ignorou completamente ou não considerou importante a condição feminina, supostamente tentando implantar certa racionalidade dada *a priori*. Essa forma de trabalho moderna sob o capitalismo exige que se saia de casa para o trabalho, que a pessoa se dispa das suas questões pessoais e mergulhe na impessoalidade produtiva do trabalho. Todos esses pressupostos estão interditados à mulher que foi ensinada a cuidar do lar e dos filhos, e é necessário construir outras formas de organizar o trabalho que parecem ainda estar por ser inventadas no cotidiano dos desafios que um empreendimento coletivo solidário impõe.

Pensamos que o exercício da criatividade só tem a possibilidade de florescer em um processo que possa, primeiramente, desconstituir essa mulher cuidadora à luz da tomada de consciência do processo sócio-histórico que a idealizou, para em seguida abrir o debate e o diálogo na direção de construção de alternativas que, acreditamos, vão inevitavelmente inventar novas formas de organização do trabalho. Como sugere Boaventura de Sousa Santos (2002), não podemos limitar a realidade ao que existe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto nasce das reflexões acerca do processo de formação e mobilização de uma cadeia produtiva solidária de artefatos artesanais de lã natural estimulada por uma política pública de economia solidária, a partir da condição de que quase todas as pessoas envolvidas eram mulheres. Para problematizar essa condicionante do processo, resgatamos algumas reflexões teóricas que procuravam relacionar gênero e economia solidária, e que se organizaram em torno de alguns eixos conceituais que julgamos relevantes: a separação entre espaço público e privado, ou doméstico; o aprisionamento histórico e cultural da mulher no corpo e no espaço doméstico; a precarização do trabalho feminino e a sua eventual reprodução nas experiências de economia solidária; e a possibilidade de transformações efetivas na organização do trabalho sob a economia solidária, a partir da revisão das questões anteriores.

Procuramos fazer uma descrição a mais detalhada possível de todo o processo de formação e mobilização da cadeia solidária da lã, a partir dos resultados de duas pesquisas cuja metodologia foi sumariada também no texto. Do mesmo modo, foram narrados alguns episódios e algumas falas marcantes das mulheres, como forma de ilustrar nossas reflexões.

As principais reflexões e problematizações feitas apontam ambivalências e contradições intrínsecas a um processo histórico de difícil desconstrução, que é o de uma sociedade patriarcal, e em especial com seus desdobramentos na esfera da organização do trabalho – embora em diálogo com a vida privada e com a vida política dessa mesma sociedade. Entendemos que tais contradições e ambivalências na desconstrução do patriarcado não podem ser tomadas como reverses ou derrotas, pois constituem a natureza de um processo de luta social que não parece ter horizonte ou ponto de chegada, mas sim corresponder à própria natureza das formações sociais. Como lembravam Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2014), a disputa da hegemonia é um processo que marca a natureza da vida social e é sua constituinte, sendo impossível, nesse sentido, definir o que é sociedade. É possível existir um *discurso* sobre o que é a sociedade, mas ele estará sempre em disputa com outros discursos. A experiência que narramos mostra vozes de mulheres que se erguem para construir seu discurso muito próprio, um discurso historicamente silenciado, mas que se move pelas frestas e franjas do discurso hegemônico. Esperamos com este trabalho contribuir para a abertura de mais

dessas fissuras e, com elas, mais espaço para outras disputas discursivas – mas não somente para elas: também para outras lutas políticas que possam produzir mudanças efetivas. Acreditamos que as experiências de economia solidária constituem espaços férteis para tais provocações.

If solidarity-based economy is neither female nor feminist: what is reproduced?

Abstract – This article presents and critically reflects about the organization and mobilization of a natural wool handmade artifacts supply chain, supported by a public policy for solidarity-based economy. Such reflection discuss the particular condition that almost all people involved were women. The choice of this analytical framework required the construction of specific theoretical basis that attempts to promote the dialogue between social economy and some categories of feminist theory, intending to build reflections with both theoretical and political implications. The research method consisted of participant observation and refers to documents and records about 20 months of fieldwork with ethnographic features and from a action-research approach. The results show that different women experienced conditions by the artisans were not properly considered in the formulation and implementation of the public policy. Results also point out that those “female conditions” have great potential to deepen reflections about how to organize the work in solidarity-based economy experiences, without reproducing the same patriarchal patterns of capitalist firms. This reproduction would mean a contradiction with the speech and the political proposal of the movement.

Keywords: Solidarity-based economy. Feminist theory. Female labour precarization. Labour relations. Public and domestic spaces.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BARBOSA, R. N. de C. *Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARROSO, H. C.; FROTA, M. H. de P. A trama do trabalho artesanal para mulheres cearenses: desvendando códigos de gênero. In: ENCONTRO FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES E DESLOCAMENTOS, 9., Florianópolis, 2010. *Anais...* Florianópolis: Ufsc, 2010.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.
- BECKER, M. R. Mulheres e artesanato no Rio Grande do Sul: tensionando trabalho e educação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: CAMPO E CIDADE EM BUSCA DE CAMINHOS COMUNS, 1., 1., 2012, Pelotas. *Anais...* Pelotas: UFPel, 2012.

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.
- FALS BORDA, O. Considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. – FBES. Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. *Caderno de aprofundamento aos debates*. FBES, nov. 2007.
- GUÉRIN, I. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMILIO, M et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 2014.
- OLIVEIRA, A. L. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. *Gênero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2005.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 63, p. 237-280, 2002.
- SALGADO, M.; VAZ, A. F. A esfera doméstica da artesã: "eu vou dar um talento nesse confinamento". In: ENCONTRO FAZENDO GÊNERO: DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 10., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Ufsc, 2013.
- SCOTT, J. W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.
- SILVA, M. Abordagem sobre gênero e trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres. In: ENCONTRO DA ANPED SUL, 9., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Ufsc, 2014.
- SILVA, M.; EGGERT, E. Descosturar o doméstico e a "madresposa": a busca da autonomia por meio do trabalho artesanal. In: EGGERT, E. (Org.). *Processos educativos do fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p. 41-59.
- THIOLLENT, M. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

Recebido em janeiro de 2016.
Aprovado em fevereiro de 2016